



2.º PUBLICADO NO D. O. M.
C De 08 / 11 / 19 96
MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2.º RECORRI DESTA DECISÃO
C RECURSO Nº 22-0.145
3 Em, 18 de 06 de 1996
Procurador Rep. da Faz. Nacional

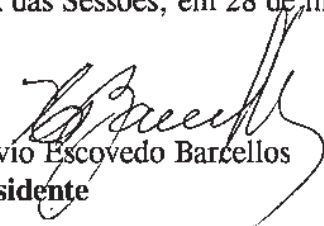
Processo nº : 13983.000118/92-09
Sessão de : 28 de março de 1995
Acórdão nº : 202-07.562
Recurso nº : 96.521
Recorrente : CEVAL ALIMENTOS S/A
Recorrida : DRF em Joaçaba - SC

IPI - MANUTENÇÃO DE CRÉDITOS - O disposto na Portaria MF nº 74/83, dado o seu caráter de norma complementar ao benefício de que trata o art. 5º do Decreto-Lei nº 491/69, restabelecido pelo art. 1º da Lei nº 8.402/92, também deve ser observado em conformidade com o Parecer Normativo CST nº 01/92. **Recurso provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CEVAL ALIMENTOS S/A.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, pelo voto de qualidade, em dar provimento ao recurso. Vencidos os Conselheiros Elio Rothe, Oswaldo Tancredo de Oliveira, José de Almeida Coelho e Tarásio Campelo Borges.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1995


Helvio Escovedo Barcellos
Presidente


Antônio Carlos Bueno Ribeiro
Relator

Adriana Queiroz de Carvalho
Procuradora - Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: José Cabral Garofano e Daniel Corrêa Homem de Carvalho.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo n° : 13983.000118/92-09
Acórdão n° : 202-07.562
Recurso n° : 96.521
Recorrente : CEVAL ALIMENTOS S/A

RELATÓRIO

A Recorrente, através do Pedido de Restituição do IPI de fls. 01 e documentos que anexou, pleiteou o ressarcimento em espécie de Cr\$ 6.553.590,32, oriundo de créditos excedentes relacionados a insumos aplicados na industrialização de produtos por ela exportados, no período de 16 a 30.09.92, com base no art. 5º do Decreto-Lei nº 491/69, restabelecido pelo art. 1º, inc. II, e art. 2º da Lei nº 8.402/92.

A Autoridade Singular, com suporte na Informação Fiscal de fls. 107, indeferiu o pedido de restituição em tela, ao fundamento de que:

a) o benefício fiscal instituído pela Lei nº 8.402/92, art. 3º, regulamentado pelo Decreto nº 541/92, não se aplica a produtos que figurem na TIPI na situação de não-tributável, como é o caso das aves frigorificadas (produtos congelados *in natura* acondicionados em embalagem plástica), exportados pela Recorrente, e classificados no Código 0207.21.0000 da NBM/SH; e

b) esse entendimento administrativo, exarado através da IN-DpRF nº 84/92, art. 1º, § 3º, por analogia, deve-se aplicar ao art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.402/92.

Tempestivamente, a Recorrente interpôs o Recurso de fls. 113/116, onde, em suma, alega que:

a) o frango congelado constitui produto industrializado, mesmo porque, antes do congelamento, a ave é morta, dessangrada, depenada, eviscerada, ensacada em plástico, acondicionada em caixas de papelão e levada à câmara frigorífica;

b) todas essas operações, nos termos do art. 3º do RIPI/82, constituem industrialização, não sendo plausível, após considerar todo esse processamento, que a mercadoria seja considerada produto *in natura* porque, neste caso, a mercadoria teria de se encontrar em estado natural, valendo dizer que sobre ela não há trabalho ou intervenção humana;

c) há de se ressaltar que a Portaria nº 74/83 estendeu aos produtos constantes do capítulo 2 da TIPI o benefício do creditamento do IPI relativo aos insumos neles utilizados;



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 13983.000118/92-09

Acórdão nº : 202-07.562

d) a portaria em comento nada mais é do que uma norma complementar ao Decreto-Lei nº 491/69;

e) a Lei nº 8.402/92, ao restabelecer a “manutenção e utilização do crédito do IPI relativo aos insumos empregados na industrialização de produtos exportados, de que trata o art. 5º do Decreto-Lei nº 491, de 05 de março de 1969”, certamente o fez não somente em relação ao decreto que especifica, mas a ele e a todos os demais dispositivos que os complementam, como é o caso da Portaria MF nº 74/83;

f) e outra não é a interpretação dada ao dispositivo legal, como transcrito, através do PN CST nº 01/92, de cujo texto se transcreve o seguinte excerto:

“... Para fruição dos incentivos restabelecidos pelo artigo 1º da referida Lei (8.402/92), devem ser observados todos os dispositivos das leis, decretos e normas complementares relativos aos mesmos, vigentes em 04 de outubro de 1990.

.....

De acordo com o disposto no art. 2º da Lei nº 8.402/92, os efeitos do restabelecimento retroagem a 05 de outubro de 1990. Com a eficácia retroativa da medida à data da revogação dos incentivos pelo art. 41, parágrafo 1º do ADCT, resultou a inexistência de solução de continuidade no trato da matéria, entendendo-se, portanto, que, para fruição dos incentivos restabelecidos, devem ser observados todos os dispositivos das leis, decretos e normas complementares relativos aos mesmos vigentes em 04 de outubro de 1990” (grifamos).

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 13983.000118/92-09

Acórdão nº : 202-07.562

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO

Conforme relatado, a Autoridade Recorrida negou o pedido de restituição em tela por entender que, uma vez que o produto exportado pela Recorrente (aves frigorificadas) não está no campo de incidência do imposto (NT), a ele não se aplicaria o benefício fiscal instituído pelo art. 5º do Decreto-Lei nº 491/69, restabelecido pelo art. 1º, inciso II, e art. 2º da Lei nº 8.402/92, segundo se depreenderia do entendimento administrativo exarado através da IN DpRF nº 84/92, art. 1º § 3º, *verbis*:

“Art. 1º - Os estabelecimentos industriais ou equiparados poderão dar saída, com suspensão do IPI, as matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, de fabricação nacional, vendidos a estabelecimento industrial e destinados à industrialização de produtos a serem exportados, observado o disposto nos arts. 14 e 15 desta Instrução Normativa.

.....

§ 3º Não cabe a aplicação do regime aos insumos adquiridos, quando o produto a ser exportado seja não-tributado (NT) pelo IPI.”

O deslinde do presente caso está em se considerar ou não a Portaria nº 74/83, que estendeu aos produtos constantes do Capítulo 2 da TIPI o benefício do creditamento do IPI relativo aos insumos neles utilizados, como norma complementar ao Decreto-Lei nº 491/69, já que no dizer do Parecer Normativo CST nº 01, de 18.02.92:

“...Para fruição dos incentivos restabelecidos, pelo artigo 1º da referida Lei (8.402/92), devem ser observados todos dispositivos das leis, decretos e normas complementares relativos aos mesmos, vigentes em 04 de outubro de 1990.”(g/nosso)

A dita Portaria foi editada com base na competência conferida ao Ministro da Fazenda pelo parágrafo único do art. 92 do RIPI/82, cuja matriz legal é o art. 3º, I, do Decreto-Lei nº 1.894/81, assim expressos:

RIPI/82.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 13983.000118/92-09
Acórdão nº : 202-07.562

“Art. 92 - É ainda admitido o crédito do imposto relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem adquiridos para emprego na industrialização de:

.....

Parágrafo único - Os produtos exportados, que figurem na Tabela na categoria de não-tributados, também gozarão do benefício, desde que relacionados em ato do Ministro da Fazenda.”

DECRETO LEI Nº 1.894/81.

“Art. 3º - O Ministro da Fazenda fica autorizado, com referência aos incentivos fiscais à exportação, a:

I - estabelecer prazo, forma e condições, para sua fruição, bem como reduzi-los, majorá-los, suspendê-los ou extingui-los, em caráter geral ou setorial.

.....

(grifo nosso)

Dessa forma, parece-me bastante claro que a Portaria nº 74/83 se reveste do caráter de norma complementar ao benefício instituído pelo art. 5º do Decreto-Lei nº 491/69, eis que resultou dos poderes conferidos ao Ministro da Fazenda “com referência aos Incentivos Fiscais à exportação.”

Isto posto, dou provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1995


ANTÔNIO CARLOS BUENO RIBEIRO